

ANO I - EDIÇÃO Nº 67 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Segunda-Feira, 20 de junho de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 448/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça RODRIGO ALVES BARCELLOS para atuar nas audiências da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 16 de junho de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 16 de junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 449/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Promotor de Justiça Substituto ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA para atuar nas audiências da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 17 de junho de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 16 de junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 450/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, artigo 17, III, "j" e art. 44, IV, observando os dispostos no Ato nº 013, de 05 de março de 2010, e considerando o Ofício nº 24/2016/PJG/COORDENADORIA, de 15 de junho de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça FERNANDO ANTÔNIO SENA SOARES para exercer a função de Coordenador das Promotorias de Justiça de Guaraí – TO, para mandato de um ano, a partir de 15 de junho de 2016.

Art. 2º DETERMINAR que nos casos de vacância, afastamento, ausência, impedimento ou suspeição, a função de

Coordenador recairá sobre o membro mais antigo na Comarca.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 16 de junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2016.0701.000292

ASSUNTO: Documentação para posse.

INTERESSADA: Marcelo Almeida de Deus.

DESPACHO Nº 275/2016 – Na forma dos incisos V, alínea 'a' e XII, alínea 'i', ambos do art. 17, da Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008, em consonância com o Parecer Administrativo nº 141/2016, de 15 de junho de 2016, acostado nos autos em epígrafe às fls. 24/28, emitido pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral deste Órgão, ACOLHO a documentação apresentada pelo candidato Marcelo Almeida de Deus, a fim de tomar posse no cargo de Técnico Ministerial Especializado – Fotografia, nomeada nos termos da Portaria Nº 367/2016, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 4.630, de 1º de junho de 2016.

Encaminhe-se os presentes autos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 16 de junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE REMARCAÇÃO DO PREGÃO nº 011/2016

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica a quem possa interessar, que o Pregão Presencial nº 011/2016, processo nº 2016/0701/00101, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA – TÔNERES E ACESSÓRIOS foi declarado FRACASSADO para os itens 04, 24, 25 e 26. Ficando remarçada a sessão referente ao mesmo para o dia 05/07/2016, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na sala de licitações no 2º Piso, do Prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 16 de junho de 2016

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE PREGÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILTON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procurador de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 04/07/2016, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 017/16, processo nº 2016/0701/00235, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 17 de junho de 2016.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE PREGÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 06/07/2016, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 018/16, processo nº 2016/0701/00085, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LINKS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS, com possibilidade de upgrade nas velocidades (aumento da velocidade) durante a execução contratual. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 17 de junho de 2016.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE

EXTRATO DE TAC.

A COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE MP/TO, atendendo ao que dispõe o art. 151, parte inicial, da Lei nº 1.818, de 23.08.07, torna público que foi formalizado:

Termo de Ajustamento de Conduta N°001/2016, Processo N° 2016.0701.000220	
COMPROMISSANTE:	COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE - PGJ/TO
COMPROMISSÁRIO:	R.C.L.
ADVOGADA:	Drª. Suelen Lobo Castro
RESUMO DOS COMPROMISSOS:	
<ol style="list-style-type: none"> 1) reconhecimento da inadequação de sua conduta; 2) ler o elenco de deveres e obrigações a que está sujeito enquanto servidor público estadual, constante da Lei nº 1.818/07 e cumprir o que dispõe o ATO/PGJ N°056/2016; 3) ciência de que o não cumprimento das obrigações acima descritas, será objeto de consideração no exame de novas ocorrências no bojo de procedimento de sindicância e/ou de processo administrativo disciplinar. 	
Assinatura:	16.06.2016.
Presidente CPP/MP-TO:	Conceição de Maria Bezerra
Homologação:	16.06.2016

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 05/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 051/2008; art. 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal e art. 170, inciso V, da

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Constituição Federal e, por fim, artigo 6º, caput e inciso X, e art. 22, ambos da Lei nº. 8.078/90.

ORIGEM: Notícias de Fato nº. 2012.6.29.23.0133 e 2015.6.29.23.0556

FATO EM APURAÇÃO: Possíveis comercialização ilegal e irregular de pescados em feiras livres e estabelecimentos comerciais de Palmas-TO.

INVESTIGADOS: Associação de Pescados de Palmas e o Município de Palmas/TO.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 25 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 07/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; art. 1º, inc. II c/c art. 5º, inc. I, e 8º, § 1º da Lei 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 051/2008; e art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Notícias de Fato nº. 2010.2.29.25.0093

FATO EM APURAÇÃO: Possíveis irregularidade de concessões de direito real de uso promovidas em diversas áreas de Palmas-TO.

INVESTIGADO: Município de Palmas/TO.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 03 de junho de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 03 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 08/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 051/2008; art. 5º, inciso XXXII, e art. 170, inciso V da Constituição Federal e, por fim, artigo 4º, da Lei nº. 8.078/90.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº. 2014.2.29.23.0173

FATO EM APURAÇÃO: Possíveis lesões aos consumidores pelo aumento abusivo e ilegal da tarifa do serviço de fornecimento de água e esgoto desta Capital e no Estado do Tocantins.

INVESTIGADOS: Companhia de Saneamento do Tocantins – FOZ/Saneatins

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 06 de junho de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 06 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 09/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 051/2008; art. 5º, inciso XXXII, e art. 170, inciso V da Constituição Federal e, por fim, artigo 4º, da Lei nº. 8.078/90.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº. 2014.2.29.23.0173

FATO EM APURAÇÃO: Possíveis lesões aos consumidores pelo aumento abusivo e ilegal da tarifa do serviço de fornecimento de energia elétrica nesta Capital.

INVESTIGADOS: Empresa de Energia Elétrica – ENERGISA

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 06 de junho de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 06 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 10/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 051/2008; art. 3º, caput, art. 170 e art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº. 2011.2.29.22.0028

FATO EM APURAÇÃO: Possível irregularidade na alocação de postes de energia elétrica em diversas vias desta Capital.

INVESTIGADOS: Empresa de Energia Elétrica – ENERGISA e Município de Palmas/TO

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 08 de junho de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 08 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 11/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 051/2008; art. 3º, caput, art. 170 e art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº. 2015.6.29.23.0630

FATO EM APURAÇÃO: Possíveis irregularidades na permuta de imóveis entre o Município de Palmas/TO e particulares.

INVESTIGADOS: Suprema Holding Ltda e Município de Palmas/TO

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 07 de junho de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 07 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 12/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 051/2008; art. 3º, caput, art. 170 e art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Peça de Informação nº. 2009.6.29.25.0102

FATO EM APURAÇÃO: Possível construção irregular em área de preservação permanente no Município de Palmas/TO.

INVESTIGADOS: Moradores do Loteamento Saramandaia e Município de Palmas/TO

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 07 de junho de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 07 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 13/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 051/2008; art. 3º, caput, art. 170 e art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Notícias de Fato nº. 2015.6.29.23.0570 e 2015.6.29.23.0571 e Peças de Informação nº. 2009.6.29.25.0220 e 2009.6.29.25.0155.

FATO EM APURAÇÃO: Possíveis irregularidades na implantação de loteamentos e instalação de infraestrutura de pavimentação asfáltica, redes de água, esgoto e energia elétrica em diversas localidades desta Capital.

INVESTIGADOS: Estado do Tocantins, Companhia de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – CODETINS e Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins – TERRAPALMAS

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 09 de junho de 2016.
DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 09 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 14/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 051/2008; art. 5º, inciso XXXII, e art. 170, inciso V da Constituição Federal e, por fim, artigo 4º, caput e incisos I, II, III e VII, da Lei nº. 8.078/90.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº. 2015.2.26.23.0164

FATO EM APURAÇÃO: Possíveis lesões aos consumidores decorrentes da má prestação do serviço fornecido por agências bancárias e instituições financeiras de Palmas/TO.

INVESTIGADOS: Banco do Brasil S/A e Bradesco S/A

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 09 de junho de 2016.
DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 09 de junho de 2017.

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados, do INDEFERIMENTO dos autos da NOTÍCIA DE FATO

nº 2014/18285, a qual solicita informações sobre a adesão desse Ministério Público Estadual ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC para garantir acessibilidade e atendimento às pessoas portadoras de deficiência pelos serviços bancários, tendo em vista que não aportou nesta Promotoria de Justiça notícia de desatendimento das normas de acessibilidade por partes das instituições bancárias, razão pela qual, atualmente não há elemento que propicie a atuação Ministerial. Informa que até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas coletivas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 16 de junho de 2016.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 001/2013 em Inquérito Civil nº 001/2013, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA IC nº 021/2016

INVESTIGANTE: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 001/2013/1ª PJTOC

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de contratação de serviços contábeis sem procedimento licitatório no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Nazaré/TO.

INVESTIGADO: Câmara de Vereadores do Município de Nazaré/TO
LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Tocantinópolis/TO, 14 de junho de 2016.



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



www.mpto.mp.br



ouvidoria@mpto.mp.br

